

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO												
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
							POs	ITRs / Manuais				
Auxílio à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)		Tem por objetivo tornar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo TCE-GO, visando a subsidiar o processo de responsabilização política do governo, a atuação do Legislativo na alocação de recursos públicos e no exercício do controle externo, a elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.		Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orç e Financeira Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.201/1964 Lei Federal nº 6.404/1976 Lei Federal nº 10.405/2002 Lei Federal nº 13.303/2016 Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica do TCE-GO	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(i) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás.	Alego	(i) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.
			Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo					(i) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Alego	(i) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.	
			Atendimento a Solicitações	Ouvidoria		Resolução Administrativa nº 05/2022 Resolução Administrativa nº13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Irregularidade PO Gerir Manifestações e Pedidos de Acesso à Informação		Ouvidoria	(i) Informações solicitadas.	Solicitante	(i) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a procedimentos e processos de controle externo, certidões, procedimentos administrativos, jurisdição do TCE-GO. (ii) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.
Promoção da Transparência e do Controle Social	Tem por objetivo tornar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos benefícios do controle externo e, de forma específica, para denunciantes, representantes e solicitantes, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas	Ajuração de Denúncias	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso
		Ajuração de Representações	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.	
		Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo			PO Gerir Observatório de Políticas Públicas		Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Política Pública e Indicadores Homologados	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo	
						PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas		Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Indicador publicado	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão da estratégia do controle externo.	
		Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Constituição do Estado de Goiás Lei nº 16.168/2007 (Lei Orgânica) Resolução nº 2/2009	PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Diretoria de Fiscalização de Pessoal Serviço de Fiscalização de Pessoal	(i) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração indireta ou fundacional, nos termos do art. 30 CE/89.	
		Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Aelson Nascimento		Resolução nº 05/2019		Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Benefícios auferidos em decorrência das ações de controle externo	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios.	
									(i) Ações de capacitação e orientações para o exercício do controle social.	Conselhos legalmente incumbidos do controle social	(i) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.	
		Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 5/2018 Lei Federal nº 4.201/1964 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual		Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(i) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de débitos.	Gestores de recursos públicos	(i) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.	
						PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
						PO Fiscalizar via Auditoria Financeira		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Contas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
PROCESSOS FINALÍSTICOS (NPF)	Tem por objetivo tornar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, alertas, informações e orientações, visando a prevenir, corrigir, coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, ainda, a esclarecer dúvidas quanto à aplicação de dispositivos legais e regulamentares. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos					Regimento Interno -TCE-GO; Plano de Fiscalização; Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Resolução Administrativa nº 003/2014). ● Resolução Administrativa n.º 19/2022; Resolução Administrativa nº 13/2022; Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP) NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 130 – Gestão de ética pelos Tribunais de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os Tribunais de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade; NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional; Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações; Manual de Implementação das ISSA's de Auditoria de Conformidade; Manual de Implementação das ISSA's de Auditoria Operacional;	PO Fiscalizar via Inspeção	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
		Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo			PO Fiscalizar via Levantamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
						PO Fiscalizar via Monitoramento Programado		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
						PO Fiscalizar via Acompanhamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
						PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas		Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
		Controle Direto										

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO														
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO				
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados		
		programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.	PO Fiscalizar via Acompanhamento Contínuo					ITR Orientações para focalização de atos de pessoal sujeitos a registro	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual, Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e purificar a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
								ITR Orientações para focalização contínua de folha de pagamento						
			PO Gerir Processos de Controle Externo					ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Processos de Controle Externo geridos	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas na gestão dos processos de controle externo; (ii) Parâmetros definidos para organização e distribuição de atividades intersetoriais no âmbito da Secretaria de Controle Externo; (iii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.		
			Apoio à Atividade Jurisdiccional	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal; Constituição do Estado de Goiás; Lei Orgânica (Lei Estadual 16.168/2007); Lei Estadual 15.122/2005; LINDB; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 12/2017 - Resolução Administrativa nº 0001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022 - NBASP 130 NBASP 10 NBASP 140	PO Instaurar Processo de Controle Externo		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Instrução Técnica; (ii) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas para a emissão de instrução técnica em processos de controle externo, em apoio à atividade jurisdiccional. (ii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.		
							PO Representar ao Tribunal		Secretaria de Controle Externo	(i) Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das atividades da unidade técnica temática e das equipes de fiscalização para a elaboração e formalização de Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão.		
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudenciais da LRF1	Secretaria de Controle Externo										
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo		Resolução Normativa nº 011/2016; Resolução Administrativa nº 007/2016; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 13/2023; Lei nº 16.168/2007; Regimento Interno do TCE-GO; Resolução Normativa nº 01/2021.	PO Catalogar Itens decisórios	ITR Catalogar Itens Decisórios	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Garantir o cumprimento de deliberações.		
				Secretaria-Geral			PO Gerir Serviço de Controle de Deliberações		Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Controle de Deliberações					
			Análise de Recursos	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 06/2021		Manual de Análise de Recursos	Serviço de Análise de Recursos	(i) Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e interessados	(i) Garantir eficácia e efetividade à instrução recursal, no que tange exame da admissibilidade e a análise do mérito dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.		
			Apreciação da Legalidade dos Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo										
			Exame e Julgamento de Tomada de Contas Especial	Secretaria de Controle Externo										
			Atendimento a Consultas	Secretaria de Controle Externo								(i) Resposta a consultas com orientações de caráter normativo.	Consultantes	(i) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.
			Avaliação da Estrutura de Governança, Planejamento e Gestão	Secretaria de Controle Externo		COSO I COSO II NBR ISO 31000:2018 Resolução Abricon nº 05/2014 Resolução Normativa TCE-GO nº 6/2019		Manual de Avaliação dos Controles Internos dos Poderes, Órgãos e Entidades do Estado de Goiás	Secretaria de Controle Externo	(i) Avaliação da estrutura de Governança, Planejamento e Gestão dos Jurisdicionados do TCE-GO, promovendo o fortalecimento da cultura de controle integrado e contínuo, transparência e efetividade da gestão pública. (ii) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de Governança, Planejamento e Gestão.	Administração Pública	(i) Contribuir para o bom funcionamento e melhoria contínua da estrutura interna de Governança, Planejamento e Gestão dos Jurisdicionados do TCE-GO, promovendo o fortalecimento da cultura de controle integrado e contínuo, transparência e efetividade da gestão pública. (ii) Orientar quanto a procedimentos adequados e boas práticas de governança, planejamento estratégico e gestão.		
			Avaliação de Programas	Secretaria de Controle Externo						(i) Avaliações de programas de governo. (ii) Avaliações de funções de governo. (iii) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública	(i) Contribuir para a melhoria da formação, da formulação e da gestão dos programas e a qualidade dos bens e serviços públicos. (ii) Contribuir para o aperfeiçoamento da formulação de políticas públicas. (iii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
Controle com intervenção a Terceiros	Tem por objetivo tornar disponíveis à Procuradoria Geral do Estado (PGE), ao Ministério Público Estadual, à Polícia Civil e outros órgãos de controle, informações para que possam defender, determinar, sancionar e julgar atos da administração pública no âmbito das respectivas esferas de atuação.		Fornecimento de Informações para Subsidiar Ações de Terceiros.	Secretaria de Controle Externo						(i) Informação sobre indícios de crimes, intimações e irregularidades apuradas pelo TCE.	PGE, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Polícia Civil, Magistrados.	(i) Subsidiar a responsabilização de infratores. (ii) Subsidiar a elaboração da lista de integridades. (iii) Subsidiar a atuação dos respectivos órgãos. (iv) Subsidiar a apuração de irregularidades.		
			Organização de Cobrança Executiva	Secretaria-Geral						(i) Informações para subsidiar a cobrança judicial.	PGE	(i) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.		
			Composição e Fornecimento de Informações para Subsidiar Defesa do Estado de Goiás	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em juízo		Diretoria Jurídica	(i) Informações para defesa do Estado de Goiás em juízo.	PGE	(i) Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acórdãos do TCE-GO questionados judicialmente. (ii) Realizar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acórdãos proferidos pela instituição.		
Gestão de Pessoas	Tem por objetivo estimular o desenvolvimento de profissionais competentes, motivados e comprometidos com a efetividade do controle externo e com a melhoria da gestão pública, bem como criar e manter ambiente de trabalho que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento profissional e à qualidade de vida		Políticas de Gestão de Pessoas	Secretaria Administrativa		Política de Gestão de Pessoas (Resolução Normativa nº 004/2009) Código de Ética (Resolução Administrativa nº 001/2014)	PO Gerir Captação, Alocação e Integração de Servidores	Manual de Funções de Terceirizados	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Programas e sistemas voltados para o desenvolvimento de gestão de pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Estimular as pessoas para desenvolver e utilizar seu pleno potencial em alinhamento com as estratégias do Tribunal.		
			Captação, Alocação e Integração	Secretaria Administrativa		Manual de Funções			Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Sistemática de captação, alocação e integração.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Alinhar os métodos de seleção, alocação e integração ligados ao preenchimento de cargos e funções com as estratégias do TCE-GO.		
			Desenvolvimento de Competências	Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escola)	PO Gerir Ações de Capacitação		Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento	(i) Competências de pessoas desenvolvidas e/ou aprimoradas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Garantir a gestão e execução de ações de capacitação para os Membros, Servidores, Jurisdicionados e Controladores Sociais.		
							PO Planejar e Gerir o Conhecimento - Biblioteca		Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento	(i) Instrutores internos formados. (ii) Demandas de Capacitação ministradas por instrutores internos.	Tribunal, Controladores Sociais e Jurisdicionados	(i) Garantir o planejamento e gestão do conhecimento no âmbito do TCE-GO.		
							PO Gerir Multiplicadores e Instrutores Internos		Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento					
			Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escola)	PO Gerir Planos e Programas de Educação Profissional		Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento	(i) Planos e Programas gerenciados	Membros, Servidores, Terceirizados, Estagiários, Jurisdicionados e Sociedade	(i) Gestão dos Planos e Programas de Educação Profissional, por meio de ciclos de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição. (ii) Prestação de contas da Educação Profissional em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas.		
			Avaliação de Competências	Secretaria Administrativa		Resolução Normativa nº 04/2016; Resolução Normativa nº 07/2016; Resolução Normativa nº 08/2019	PO Gerir Avaliação de Desempenho	Manual de Avaliação de Desempenho - TCE - GO	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Programas de avaliação, educação e capacitação das pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Alinhar níveis de desempenho adequados aos espaços ocupacionais do Tribunal. (ii) Desenvolver competências gerenciais e profissionais.		
			Rotinas de Pessoal	Secretaria Administrativa		Resolução administrativa nº 22/2008; Resolução administrativa nº 19/2022; Portaria nº 990/2023; PPA – Plano Plurianual 2024-2027 Decreto nº 22.317/2023 Lei de Responsabilidade Fiscal LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias LOA – Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica nº 16.168/2007 Constituição do Estado de Goiás Decreto orçamentário nº 10.279/2023 LEI 4.320/1964 Constituição Federal Emenda Constitucional nº 103/2019 Lei Complementar Estadual nº 101/2020 Lei Estadual nº 15.122/2005 Resolução Normativa nº 007/2009 Portaria nº 064/2018-GP/RES Portaria nº 286/2022	PO Executar Folha de Pagamento	Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças Serviço de Planejamento Orçamentário e Gestão Fiscal						
							PO Gerir Atos de Pessoal		Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Sistema gerenciais de controle dos serviços de pessoal	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Garantir o desenvolvimento de sistemas gerenciais adequados para o bom controle dos serviços de pessoal. (ii) Assegurar o uso correto das normas relativas aos atos de pessoal.		

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO																
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO						
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados				
Governança, Planejamento e Gestão	Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico do TCE-GO, bem como definir prioridades, responsabilidades e compromissos com os rumos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos, ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do Tribunal.	Gestão dos Processos de Trabalho	Gestão dos Processos de Trabalho	Secretaria de Planejamento		Manual do SGI	PO Gerir Processo de Trabalho	ITR Gerir Processos de Trabalho (Serviço Melhoria)	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Processos de Trabalho geridos. (ii) Cadeia de Valor. (iii) Informação Documentada.	Tribunal	(i) Controle de qualidade da informação documentada do TCE-GO. (ii) Aprimoramento e manutenção da Cadeia de Valor. (iii) Metodologia de padronização das rotinas operacionais.				
								Manual do Bizagi aplicado ao TCE-GO								
							PO Gerir Auditorias do SGI	ITR Gerir Auditorias do SGI					Diretoria de Melhoria Contínua	(i) SGI auditado.	Tribunal; Sociedade	(i) Sistema de gestão Integrado (SGI) do TCE-GO auditado. (ii) Identificação e definição de melhorias do SGI. (iii) SGI certificado.
			PO Gerir Indicadores Estratégicos		Diretoria de Estratégia	(i) Indicadores estratégicos geridos.	Tribunal	(i) Geração de evidências para suporte em tomada de decisão gerencial. (ii) Gestão da estratégia baseadas em resultados.								
			PO Gerir Accountability do SGI						Secretaria de Planejamento	(i) Boletins de Governança e Gestão (BIGG). (ii) Relatório de atividades da Di-Plan.	Tribunal; Sociedade	(i) Prestação de contas em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas. (ii) Consolidação e disseminação das atividades de coordenação do SGI.				
			Gestão da Accountability Institucional	Secretaria de Planejamento										Manual do SGI	PO Gerir Accountability do SGI	Secretaria de Planejamento
			Corregedoria-Geral													
			Gestão da Inteligência Organizacional	Secretaria de Planejamento			PO Gerir Inteligência Organizacional		Secretaria de Planejamento	(i) Relatórios de Inteligência Organizacional (RIO). (ii) Relatórios de Transição de Gestão (RTG).	Tribunal	(i) Produzir e disseminar conhecimento gerencial no âmbito do TCE-GO, com foco no estímulo à tomada de decisão com base em evidências.				
			Gestão da Melhoria Contínua	Secretaria de Planejamento			Manual do SGI	PO Gerir Melhoria Contínua	ITR Gestão de Iniciativas no SGP	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Melhorias implementadas.	Tribunal; Sociedade	(i) Implementação de melhorias institucionais. (ii) Estímulo à melhoria contínua do TCE-GO. (iii) Quantificação do atingimento dos objetivos estratégicos do TCE-GO.			
			Gestão das Partes Interessadas	Secretaria de Planejamento				PO Gerir Partes Interessadas		Diretoria de Estratégia	(i) Situações-problema tratadas.	Tribunal; Parte Interessada	(i) Identificação e tratamento de situações-problema a partir de expectativas e necessidades de partes interessadas.			
			Gestão de Riscos	Secretaria de Planejamento			Resolução Normativa nº 06/2020	PO Gerir Riscos		Diretoria de Estratégia	(i) Riscos geridos e controlados.	Tribunal; Sociedade	(i) Gestão dos riscos institucionais, com foco na maximização de oportunidades e redução de incertezas.			
			Gestão da Estratégia	Secretaria de Planejamento			Resolução Administrativa nº 05/2016	PO Gerir Plano Estratégico		Diretoria de Estratégia	(i) Objetivos estratégicos alcançados.	Tribunal; Sociedade	(i) Gestão dos Planos Estratégico, Tático e Operacional do TCE-GO, por meio de ciclos bianuais de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.			
								PO Gerir Plano de Fiscalização		Secretaria de Controle Externo	(i) Plano de Fiscalização gerenciado.	Tribunal; Sociedade; Jurisdicionados.				
								PO Gerir PDTI		Diretoria de Tecnologia da Informação	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal				
			Gestão da Estrutura Organizacional	Secretaria de Planejamento			Resolução Administrativa nº 14/2025	PO Gerir Estrutura Organizacional		Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Organograma. (ii) Atividades-chave.	Tribunal	(i) Sistemática de alocação de competências e realização de operações.			
			Gestão da Comunicação Organizacional	Diretoria de Comunicação Organizacional			Resolução Administrativa nº 19/2024	PO Produzir Conteúdo de Comunicação	ITR Orientações para a Produção de Conteúdo de Comunicação	Diretoria de Comunicação	(i) Conteúdo de comunicação produzido e disseminado.	Tribunal; Sociedade	(i) Comunicação organizacional interna e externa.			
								PO Gerir Atendimento à Imprensa								
									Manual de Gestão da Rádio TCE-GO							
								PO Gerir Interações em Meios Digitais								
			Controle Interno	Diretoria de Controle Interno			Resolução Administrativa nº 10/2019 Resolução Administrativa Nº 20/2024 Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) • Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos • Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	PO Analisar Conformidade Processual		Diretoria de Controle Interno	(i) controle interno dos atos da administração	Tribunal	(i) Exercer a terceira linha de defesa no âmbito do TCE-GO.			
								PO Emitir Parecer sobre Relatório de Gestão Fiscal								
								PO Gerir a Transparência Institucional						Diretoria de Controle Interno		
								PO Emitir Parecer sobre o Relatório Anual de Contas						Diretoria de Controle Interno		
			Gestão de Processos Administrativo ou Judiciais	Diretoria Jurídica			Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Analisar Processos Administrativos		Diretoria Jurídica	(i) Processos Administrativos com Parecer ou Despacho da Diretoria Jurídica. (ii) Peças Processuais protocoladas em processo eletrônico judicial.	Poder Judiciário; Tribunal.	(i) Emissão de pareceres, despachos ou peças processuais (por exemplo: petição inicial, agravo, contestação, informações, etc.) em conformidade com os procedimentos estabelecidos.			
								PO Analisar Processos Judiciais								
			Gestão do Processo de Responsabilização Disciplinar e Conduta Funcional	Corregedoria-Geral			• Resolução Conjunta ATRICON-CCOR nº 350/2014 • Resolução ATRICON nº 01/2025 • Referencial de Combate à Fraude e Corrupção Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do Tribunal de Contas da União • Manual de Integridade Pública – OCDE, 2022 • Resolução Administrativa nº 01/2022 • Resolução Administrativa nº 1/2014 • Resolução Administrativa nº 008/2015 • Resolução nº 022/2008 • Resolução Administrativa nº 13/2024	PO Gerir Processo de Responsabilização Disciplinar e Conduta Funcional		Corregedoria-Geral	(i) Responsabilização Disciplinar aplicada; (ii) Apuração de Conduta Funcional realizada.	Tribunal; Sociedade.	(i) Garantir o devido processo legal, a uniformidade de procedimentos, transparência, legalidade em conformidade com as normas internas e com os princípios da administração pública.			
Gestão dos Processos Correicionais	Corregedoria-Geral			• Resolução nº 22/2008 • Resolução Administrativa nº 8/2015 • Resolução Administrativa nº 14/2025 • Resolução Conjunta ATRICON-CCOR Nº 1/2014 • Resolução ATRICON nº 01/2025 • Lei Estadual nº 10.168, de 11 de dezembro de 2007 e alterações posteriores	PO Gerir Processos Correicionais		Corregedoria-Geral	(i) Correções e inspeções realizadas conforme padrão estabelecido.	Tribunal	(i) Assegurar a elaboração, aprovação e publicação do Plano Anual de Correções e Inspeções, o planejamento adequado, uniformidade de procedimentos, confiabilidade das informações e rastreabilidade das ações executadas nas Correções e Inspeções realizadas pela CORREG, com seleção criteriosa das unidades, definição de objetivos e metas, e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, transparência e melhoria contínua da gestão do TCE-GO.						
Gestão de Integridade	Corregedoria-Geral			Resolução Administrativa nº 13/2024 Código de ética (Resolução Administrativa nº 01/2014)	PO Gerir Denúncias e Manifestações enviadas à Corregedoria		Corregedoria-Geral	(i) sistêmica de gestão da integridade organizacional.	Tribunal	(i) Garantir elevados padrões de conduta e comportamento ético, pautados em valores incorporados e compartilhados por todos em suas atividades no TCE-GO.						
	Secretaria de Planejamento					Manual de Integridade					Comitê de Integridade Corporativa (CIC)					
Gestão Documental e Arquivística	Secretaria-Geral			Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008 – RITCE/GO; Resolução Normativa nº 001/2008; Resolução Normativa nº 008/2009; Resolução Normativa nº 009/2011; Resolução Normativa nº 13/2012; Resolução Normativa nº 006/2017; Resolução Normativa nº 6/2024; Resolução Administrativa nº 18/2023; Portaria nº 245/2023 – GPRES; Portaria GPDMPC nº 010/2023; Lei Estadual nº 13.800/2001; Lei nº 17.039/2010; Decreto nº 6.806/2016; Portaria 376/2022-GPRES; Portaria 954/2023 – GPRES; Resolução nº 22/2008 – RITCE/GO; Resolução Administrativa 17/2024; Resolução Administrativa 17/2024; Resolução Normativa nº 10/2017; Resolução Normativa 08/2022; Resolução Normativa 5/2024; Lei nº 16.226/2008; Lei nº 18.025/2013; Lei nº 8.159/01; Lei nº 12.527/2011; Lei nº 12.862/2012; Lei nº 13.709/2018; Decreto nº 10.278/2020; Resolução CONARQ nº 51/2023	PO Gerir Autuação de Processos e Cadastro de Documentos		Serviço de Protocolo e Remessas Postais	(i) Processos autuados e documentos cadastrados	Tribunal	(i) Gestão e operacionalização das atividades de protocolo e de remessas postais e eletrônicas de documentos, processos e correspondências do Tribunal.						
					PO Gerir Arquivamento de Processo Eletrônico		Serviço de Arquivamento				(i) Processos arquivados	Tribunal	(i) Padronização das atividades que envolvem o arquivamento de processos eletrônicos no âmbito do TCE-GO.			
Gestão Documental e Arquivística	Secretaria-Geral				Manual de Especificação e Padronização Documental	Secretaria-Geral	(i) sistêmica de gestão da ética organizacional.	Tribunal	(i) Garantir padronização e simplificação, com aplicação dos preceitos da redação oficial. (ii) Racionalização, segurança, autenticidade e identidade institucional. (iii) Atendimento às regras de distribuição, arquivamento, recuperação e descarte, conforme aplicável.							

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO																
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO							
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados					
PROCE	Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo	Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas existentes.	Planejamento e Inteligência de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 10/2023 NBASP.130	PO Gerir Matrizes de Seletividade	Secretaria de Controle Externo	(f) Ranking(s) de priorização das ações de controle externo. (g) Relatório de 03 Gerações (Gestão de priorização das ações de controle externo).	Tribunal	(f) Garantir o aperfeiçoamento do processo de fiscalização com base em técnicas de análise por critérios de seletividade e de inteligência de controle externo.					
						Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP); Regimento Interno da Rede INFOCONTAS; Resolução Normativa Nº 09/2016; Resolução Normativa Nº 10/2017/TCE; Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Portaria Nº 954/2023	PO Produzir Relatório de Inteligência	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Relatórios de Inteligência.							
						Resolução Normativa Nº 009/2016; Resolução Normativa Nº 10/2017; Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Manual de Segurança da Informação; Resolução Administrativa Nº 07/2024.	PO Produzir Conhecimento Estratégico	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Conhecimento Estratégico produzido							
						Regimento Interno do TCE-GO; Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 10/2023; Resolução Normativa nº 6/2024 • Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP).	PO Propor Fiscalização	Secretaria de Controle Externo	(f) Proposta de Fiscalização							
						Lei nº 16.168 Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Portaria nº 676/2018-GPRES; Lei Complementar estadual nº 33/2001; Decreto estadual nº 9.697/2020	PO Gerir normativas afetos à Secretaria de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	(f) Proposta de Resolução (g) Exposição de motivos							
						Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Resolução Administrativa Nº 15/2024; Resolução Administrativa Nº 7/2024.	PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Propostas de Inovação geridas por meio do banco de Propostas							
							Manual de Gestão de Informações Estratégicas	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Produção de conhecimento estratégico que apoia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.							
						Resolução Normativa Nº 7/2025 Resolução Adm. Nº 11/2022/TCE-GO Portaria Nº 614/2022 GPRES Resolução Adm. Nº 17/2024 Resolução Adm. Nº 19/2022 Resolução Adm. Nº 15/2024 Resolução Adm. Nº 07/2024	PO Gerir Declaração de Bens e Rendas - DBRs	Manual do Sistema de Envio da Declaração de Bens e Rendas (DBRs)	Serviço de Informações Estratégicas			(f) DBR recebida				
			Controle e Asseguração da Qualidade	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 19/2022 Resolução Administrativa nº 7/2024 Plano de Controle Externo	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGF	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGF	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Relatório de acompanhamento dos projetos.	Tribunal	(f) Garantir o aperfeiçoamento do controle e asseguração da qualidade dos trabalhos de fiscalização, com base em normas internacionais.				
						Resolução Administrativa nº 019/2023	PO Gerir Garantia da Qualidade		Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Relatório de Garantia de Qualidade (g) Melhorias contínuas dos trabalhos de Fiscalização						
							Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações do Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Ciclo de Garantia da Qualidade							
	Suporte à Função Judicante			Secretaria-Geral		Resolução Normativa nº 03/2013 Resolução Normativa nº 02/2020 Resolução Administrativa nº 19/2022 Lei Orgânica do TCE/GO (art. 9º) Regimento Interno do TCE/GO (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessão Virtual		Secretaria-Geral	(f) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	(f) Garantir o suporte à função judicante por meio do apoio à realização das sessões plenárias e da consolidação da jurisprudência. (g) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.				
						Plano Estratégico TCE-GO; Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 2/2023; Lei Estadual nº 16.168, de 2007; Constituição do Estado de Goiás; Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(f) Catálogo de Normativas (Consolidação). (g) Catálogo de Acórdãos (jurisprudência).	Tribunal					
						RN 03/2013 RN 02/2020 PORTARIA Nº 159/2022 – GPRES RA 19/2022 Lei Orgânica TCE (art. 9º) Regimento Interno (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas		Secretaria-Geral	(f) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal					
						Plano Estratégico TCE/GO Portaria nº 676/2018-GPRES Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Estadual nº 16.168 de 2007; • Lei Complementar Federal nº 95/1998; • Lei Complementar Estadual nº 33/2001; • Constituição Estadual de 1989; e • Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(f) Catálogo de Normativas Consolidado (g) Acervo Normativo do TCE-GO	Tribunal					
						Gestão de Atos Oficiais	Secretaria-Geral		Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 02/2020;	PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro		Serviço de Registro	(f) Registro de Ato de Pessoal.	Tribunal	(f) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.
									Lei nº 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Comunicação de Atos			Serviço de Publicações e Comunicações	(f) Ato publicado no DOE/DEC. (g) Comunicação aos interessados/jurisdicionados (Ofício/Despacho). (iv) Comunicação dos interessados/jurisdicionados. (v) Sobrestamento de Processos.	Tribunal	
									Resolução n.º 004/2012; Portaria nº 36/2023 GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas			Serviço de Publicações e Comunicações	(f) Publicação no DEC.	Tribunal	
									Lei 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DIREX nº 001/2017	PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás			Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Publicações e Comunicações	(f) Publicação no DOE.	Tribunal	

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho	
Identificação (cores)	Valores em %
	n = 0 (zero)
	0 ≤ n ≤ 40
	41 ≤ n ≤ 74
	n ≥ 75